

# Sumário

Número de notícias: 26 | Número de veículos: 15

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita libera hoje consulta ao 1º lote de restituição do IR..... 3

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Firma em casa abandonada vendeu R\$ 12 mi em caminhão de lixo para governo..... 5

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

MP do comércio eletrônico não deve sair neste ano..... 7

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

'Há boas notícias no campo fiscal, mas 2023 é dúvida..... 8

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA  
SEGURIDADE SOCIAL

Bolsonaro revoga decretos com ações contra pandemia..... 9

G1 - NACIONAL - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Após acordo, servidores do INSS encerram greve de dois meses..... 11

O GLOBO - RJ - OPINIÃO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária para distribuir renda (Artigo)..... 12

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Os satélites do bolsonarismo - MÍRIAM LEITÃO..... 13

PORTAL R7 - NACIONAL - BRASÍLIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Câmara instala comissão sobre reforma tributária nesta terça-feira..... 14

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Câmara negocia enxugar projeto que limita ICMS sobre energia elétrica..... 15

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

'Custo Congresso' elevará conta de luz em 10% nos próximos anos, diz estudo..... 18

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

EUA criam bloco com mais 12 países da região Índia-Pacífico..... 20

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Bolsonaro troca comando da Petrobras e fortalece Guedes..... 21

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
ECONOMIA

Chance para ouvir os presidenciáveis..... 22

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
ECONOMIA

Globalização em xeque..... 24

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO  
ECONOMIA

Sinal de alerta para o mundo (Editorial) ..... 25

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA  
ECONOMIA

TSE recua, e Arthur Lira tira vice-presidente da Câmara ..... 26

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ECONOMIA

Sinalização de Biden de reduzir tarifas para China traz otimismo, e dólar cai para R\$ 4,81  
..... 28

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ECONOMIA

Economistas preveem mais inflação e menos globalização ..... 29

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ECONOMIA

Planeta ganhou 573 novos bilionários na pandemia, diz Oxfam ..... 31

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ECONOMIA

Estado tem que atuar onde o braço do setor privado é mais curto ..... 32

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ECONOMIA

Incentivo à felicidade no trabalho pode ser corrida por produtividade ..... 35

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Imposto de importação de arroz e outros itens básicos tem corte de 10% ..... 38

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

A crise real que Guedes ignora (Editorial) ..... 39

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Analistas começam a prever recessão em 2023 ..... 40

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
ECONOMIA

Diesel ficaria mais caro em 12 estados com nova lei do ICMS ..... 41

# Receita libera hoje consulta ao 1º lote de restituição do IR

**Cristiane Gercina**

A **Receita Federal** libera, a partir das 10h desta terça-feira (24), a consulta ao primeiro lote de restituição do Imposto de Renda 2022. O crédito bancário será feito para 3,4 milhões de contribuintes prioritários, totalizando R\$ 6,3 bilhões pagos. O dinheiro do primeiro lote de restituição cairá na conta dos contribuintes no dia 31, último dia para entregar a declaração do IR. O prazo inicial era 29 de abril, mas foi prorrogado pela Receita pelo terceiro ano seguido por causa da pandemia de coronavírus.

O primeiro lote do Imposto de Renda é destinado aos contribuintes com prioridade legal que já entregaram a declaração e não caíram na malha fina. A Receita confirmou que, neste primeiro lote, só há o pagamento da restituição a quem está na lista prioritária. Entram nesta lista: 1) idosos acima de 80 anos; 2) contribuintes entre 60 e 79 anos; 3) contribuintes com alguma deficiência física ou mental ou doença grave; e 4) Profissionais cuja maior fonte de renda seja o magistério Para saber se vai receber a restituição, o cidadão deve fazer a consulta pela internet, no site da **Receita Federal** ou no Portal e-CAC, que é o Centro de Atendimento Virtual do fisco.

É obrigado a declarar o Imposto de Renda 2022 o contribuinte que recebeu rendimentos tributáveis de mais de R\$28.559,70 em 2021, o que inclui salário, aposentadoria e pensão, por exemplo. Se ganhou rendimentos isentos, não tributáveis ou tributados exclusivamente na fonte acima de R\$ 40 mil, também está obrigado a declarar.

Quem teve movimentações na Bolsa de Valores, passou a morar no país em 2021 e aqui estava em 31 de dezembro ou teve lucro com a venda de bens e direitos no ano também entra na lista de obrigatoriedade.

Contribuintes com bens e direitos acima de R\$ 300 mil em 31 de dezembro de 2021 são obrigados a declarar o Imposto de Renda.

Quem atrasar o envio pagará multa mínima de R\$ 165,74, limitada a 20% do imposto devido no ano. É preciso ficar atento ao prazo final, que é 23/159 de 31 de maio.

Aplicações em VGBL são declaradas em Bens e Direitos

FOLHA EXPLICA O IR COM IOB

Pago seguro-saúde para minha mãe. A fatura vem em meu nome. Posso deduzir essa despesa? (N.B.C.). Na condição de titular do plano de saúde, você não pode deduzir os valores referentes a sua mãe se ela declarar em separado. Sua mãe poderá ser considerada como dependente se, em 2021, tiver recebido rendimentos, tributáveis ou não, de até R\$22.847,76. Caso sua mãe opte por declarar em separado, ela poderá deduzir a despesa do plano de saúde relativa à parte dela. Portanto, mesmo declarando em separado, cada um pode informar na sua declaração a parte que lhe cabe no plano de saúde, conforme o comprovante fornecido pela operadora.

Meu marido morreu em dezembro. Morava num residencial geriátrico (tinha Alzheimer). Posso declarar essa despesa? (T.P.). As despesas em residencial geriátrico são dedutíveis a título de hospitalização somente se ele se enquadrar nas normas relativas a estabelecimentos hospitalares editadas pelo Ministério da Saúde e tiver a licença de funcionamento aprovada pelas autoridades competentes (municipais, estaduais ou federais). Nesse caso, as despesas serão dedutíveis se seu marido constar como dependente na sua declaração. Importante: se ele tiver deixado bens a inventariar, as despesas devem ser informadas na declaração do espólio.

Tinha PGBL no banco e o beneficiário era meu filho. Em 2021, o resgate foi feito por ele e o valor foi para sua conta. No Comprovante de Rendimentos dele aparece um valor de rendimentos líquidos na ficha Rendimentos Sujeitos à Tributação Exclusiva/Definitiva. Ele transferiu R\$ 50 mil para a minha conta. Posso considerar que ele fez uma doação para mim? (M.E.V.S.I.). Na declaração de seu filho, informe os rendimentos do PGBL na ficha Rendimentos Sujeitos à Tributação Exclusiva/Definitiva, segundo o Comprovante de Rendimentos fornecido pelo banco. Os R\$ 50 mil são informados na ficha Doações Efetuadas, código 80, com nome e CPF seus (mãe) e o valor doado. Na sua declaração (mãe) informe os R\$ 50 mil na ficha Rendimentos Isentos e Não Tributáveis, código 14. Se

o dinheiro estava em alguma aplicação sua ao final de 2021, informe-a na ficha Bens e Direitos pelo grupo e código respectivos, bem como todas as demais informações pedidas.

Fiz aplicações em VGBL ao longo do ano passado. Como declaro? (C.D.M.). Informe de acordo com o comprovante fornecido pela instituição financeira responsável pela aplicação. Na ficha Bens e Direitos, grupo 99, código 06, informe o saldo ao final de 2021 (deixe em branco o campo de 2020). Se fizer novos aportes neste ano, some-os ao saldo de 2021 e informe o total no campo 2022 da declaração a ser entregue em 2023.

Recebi indenização judicial de uma empresa de ônibus por um acidente como passageiro. Como declaro? (F.M.). É importante que você consulte o advogado que cuidou do processo de indenização e também que solicite o comprovante de rendimentos com a fonte pagadora. Preencha a ficha Rendimentos Isentos e Não Tributáveis, código 26, e informe o nome e o CNPJ da fonte pagadora, a descrição da informação e o valor recebido.

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49921&anchor=6456452&pd=13a0636d6a3d7d4ec7d1c8bf8374c0d5>**

# Firma em casa abandonada vendeu R\$ 12 mi em caminhão de lixo para governo



Fachada da sede da Globalcenter, empresa localizada em Goiânia que ganhou pregões milionários

**VINÍCIUS VALFRÉ ANDRÉ SHALDERS JULIA AFFONSO  
BRASÍLIA | IANDER PORCELLA E IZABEL PEREIRA**

Uma casa abandonada e tomada pelo mato em Goiânia (GO) é a sede, no papel, de uma empresa que venceu pregões de R\$ 12 milhões para compra de caminhões de lixo, em apenas um ano. A poucos quilômetros dali, uma outra firma registrada em nome de um beneficiário do Auxílio Emergencial do governo, que até pouco tempo atrás vendia merenda escolar, também ganhou licitações no valor de R\$ 9 milhões para a venda dos veículos no ano passado.

As duas empresas estão entre as que mais venderam caminhões de lixo para o governo com preços inflados. Num dos casos, o governo aceitou pagar a uma delas até R\$ 85,6 mil a mais pelo mesmo caminhão comprado dois meses antes pelo menor valor. A farrã na compra de caminhões de lixo tem sido revelada pelo Estadão numa série de reportagens.

Ao analisar 1,2 mil documentos, o jornal identificou indícios de superfaturamento de R\$ 109 milhões, empresas em nome de "laranjas" e ligadas a políticos - como o ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira -, além de licitações suspeitas, encerradas em apenas 88 segundos.

Dos R\$ 21 milhões previstos para as duas empresas de Goiânia - Globalcenter Mercantil Eireli e Fibra

Distribuição e Logística Eireli -, R\$ 4,7 milhões foram direcionados pelo senador Vanderlan Cardoso (PSDGO) para a compra de 15 veículos compactadores de lixo. Numa distorção do processo de compras públicas, o parlamentar se envolveu diretamente na interlocução com essas empresas.

Vanderlan admitiu ao Estadão que pressionou as firmas pela entrega dos veículos a seus redutos eleitorais.

Especialista em licitação, o advogado Anderson Medeiros Bonfim afirma que a atitude do senador pode ferir o princípio da moralidade pública. "Parlamentar não é administrador público, razão pela qual deve cingir às suas atribuições institucionais, sem se imiscuir ou procurar influenciar contratos administrativos em execução. O ato de indagar se há estoque de determinado produto é uma conduta atípica, que deve ser investigada", afirmou. Procurado, o senador disse cobrar as empresas para que "as entregas sejam ágeis" e que acolhe "demandas de prefeitos e vereadores" para indicar suas emendas.

A pedido de Vanderlan, cidades de dois a cinco mil habitantes receberam caminhões potentes para coleta de lixo, mesmo sem produção suficiente de resíduos para encher as caçambas diariamente. Nesses casos, o recomendado por especialistas e órgãos de controle são caminhões caçamba, mais econômicos.

## EMPRESAS.

Uma das empresas que receberam dinheiro da emenda do senador, a Globalcenter, está em nome do empresário Herbert Rafael Lacerda Neco, 30. Registrada numa casa abandonada em Goiânia, a firma passou a vender caminhão de lixo em 2020. No mesmo ano, já venceu licitações milionárias. Próxima dela, num galpão recém-reformado, está a sede da Fibra, que tem como dono, no papel, Jair Balduino de Souza, de 50 anos, que na pandemia pediu ao governo auxílio emergencial de R\$ 600 pago a quem perdeu renda com a covid-19. Enquanto recebia o benefício, vencia licitações milionárias.

Juntas, as duas empresas já faturaram R\$ 3,8 milhões por vendas de outros veículos à Codevasf, como caminhões basculantes e com carroceria de madeira entre 2021 e 2022. Parte do valor foi garantida com

emenda da deputada Bia Kicis (PL-DF), de R\$ 839,4 mil, e da deputada Magda Mofatto (PL-GO), de R\$ 297,9 mil. Bia disse ao Estadão que desconhece as empresas e apenas indicou emendas para a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf). Magda não se manifestou.

Os donos da Globalcenter e da Fibra dividem o mesmo escritório em Goiânia. No início da tarde de uma quinta-feira, o Estadão esteve no local e ouviu ameaças quando fotografava a fachada da Fibra. "Eu sou alguém que vocês não conhecem", disse Balduino. Os dois só aceitaram falar à reportagem sob a condição de não serem fotografados.

Herbert disse que fechou a Globalcenter no fim de 2020 por dificuldades financeiras e se tornou funcionário da Fibra.

Ao contrário do que ele afirmou, a firma continuou atuando em pregões após o suposto fechamento. Até hoje, está ativa e registrada em nome dele na **Receita Federal**.

Confrontado com os documentos, mudou a versão.

"Constituí vários procuradores, mas não estou falando que foram eles (que entraram em novas licitações). No caso da licitação que você tem dúvida, traz ela para mim que vou te dizer.

Se tem a minha assinatura, vou reconhecer", pontuou. Procurado novamente, não deu as explicações prometidas.

Por sua vez, a Fibra se declarava à **Receita Federal** como microempresa - condição que limita o faturamento bruto em R\$ 360 mil. "Antes, eu mexia com merenda escolar e fui migrando.

A gente vai vendendo para os outros e vendo o que dá mais dinheiro. Daqui a dez anos, você volta aqui pra ver", disse ao explicar a entrada repentina no mercado de veículos pesados.

## SUSPEITAS.

Antes de ganhar as licitações na Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) para a venda de caminhões de lixo, a Globalcenter vendia ar-condicionado, computadores e outros produtos. A empresa foi punida administrativamente por prefeituras, pelo governo de Goiás e até pelo Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão por não cumprir contratos.

Procurada, a Codevasf negou irregularidades em suas

licitações.

"Parlamentar não é administrador público, razão pela qual deve cingir às suas atribuições, sem procurar influenciar contratos." Anderson Medeiros Bonfim Advogado

Lira destitui Ramos da vice-presidência da Câmara dos Deputados

O deputado Marcelo Ramos (PSD-AM) foi destituído ontem do cargo de vice-presidente da Câmara. A pedido do presidente Jair Bolsonaro, o PL pressionava pela saída de Ramos da Mesa Diretora.

Crítico do chefe do Executivo, ele deixou o PL após a entrada de Bolsonaro no partido e migrou para o PSD.

Para tirar Ramos da vicepresidência, o PL alegou a troca de partido. O deputado, porém, entrou com ação no Tribunal Superior Eleitoral para garantir sua permanência no posto. Ele chegou a conseguir uma liminar a seu favor. Ontem, no entanto, o ministro Alexandre de Moraes suspendeu a decisão e permitiu que o Legislativo decidisse sobre a composição da Mesa Diretora.

As deputadas Marília Arraes (PE) e Rose Modesto (MS) também foram destituídas da Mesa pelo mesmo motivo de Ramos. Marília trocou o PT pelo Solidariedade e Rose, o PSDB pelo União Brasil. Segundo apurou o Estadão/ Broadcast, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), prepara a nova eleição para amanhã. "Os três deputados que mudaram de partido saem. Ele (Ramos) não é diferente dos outros, não", disse Lira.

"Fui eleito pelo voto de 396 deputados e deputadas e destituído por um e atendendo a uma ordem do presidente da República", escreveu Ramos no Twitter, em referência a Lira e a Bolsonaro.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# MP do comércio eletrônico não deve sair neste ano

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187225?page=10&section=2](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187225?page=10&section=2)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187225?page=10&section=2](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187225?page=10&section=2)

# 'Há boas notícias no campo fiscal, mas 2023 é dúvida

*Adriana Cotias De São Paulo*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187225](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187225)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187225](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187225)

# Bolsonaro revoga decretos com ações contra pandemia



Ministro Marcelo Queiroga já havia anunciado o fim do estado de emergência

Brasília - O presidente Jair Bolsonaro (PL) assinou ontem decreto que revoga o Comitê de Coordenação Nacional para Enfrentamento à Pandemia da COVID-19 e todos os decretos relativos à doença. Instituído em 2021, um ano depois do início da pandemia, quando o país já contava com 300 mil mortos, o comitê era formado pelo chefe do Executivo federal, pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG); e pelo presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL)

No mesmo decreto, o governo revogou outras 22 medidas também ligadas ao combate à COVID-19. A lista foi publicada no Diário Oficial da União nessa segunda-feira e deve entrar em vigorem 30 dias.

O ministro da Saúde já tinha anunciado que o governo estava para revogar as medidas de combate à pandemia. O próprio presidente Bolsonaro sempre foi crítico das medidas e chegou a tratar a pandemia como "gripezinha" e, desde o início da COVID no país, fez vários ataques a governadores e prefeitos por causa do isolamento da população e do fechamento do comércio, com o argumento de que a economia não aguentaria. Apesar da reação negacionista do presidente, o Supremo Tribunal Federal deu autonomia aos governadores para tomarem medidas restritivas à circulação do novo coronavírus, o que levou Bolsonaro a também criticar o STF, dizendo que os magistrados tiraram a autonomia do governo.

Entre os decretos revogados estão o que criou o Comitê de Crise para Supervisão e Monitoramento dos

Impactos da COVID; alterou prazo de vencimento das tarifas de navegação aérea; definiu atividades e os serviços relacionados à imprensa como essenciais; instituiu o Centro de Coordenação de Operações contra a COVID-19; definiu os serviços públicos e as atividades essenciais; requisitou bens e serviços prestados por empresas públicas; proibiu exportações de produtos médicos, hospitalares e de higiene; autorizou o **INSS** a prorrogar o período das antecipações.

E ainda os decretos que prorrogou os prazos de jornada e de salário e de suspensão temporária; alterou o artigo 154 do Regulamento da **Previdência Social**; desobrigou o conscrito de participar da cerimônia de juramento à Bandeira Nacional; dispôs sobre o uso de assinaturas eletrônicas na administração pública federal; criou o Comitê de Coordenação Nacional para Enfrentamento da Pandemia da COVID-19; prorrogou o prazo para a apresentação obrigatória para o alistamento militar.

A publicação das revogações dos decretos ocorreu um dia após entrar em vigor a portaria assinada pelo ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, que estabelece o fim do Estado de Emergência em Saúde Pública e de Importância Nacional devido à COVID.

Ao anunciar o término do estado de emergência, o titular da pasta da Saúde já estimava que mais de 2.000 normas relacionadas ao combate à COVID-19 cairiam em todo o país. Mas o encerramento do estado de emergência nacional estabelecido pelo governo federal não marca o fim da pandemia no país. A Organização Mundial de Saúde (OMS) segue considerando que o mundo vive pandemia do novo coronavírus.

No Brasil, a média de mortes pela doença está em alta, com mais de óbitos conhecidos pela doença registrados todos os dias. Segundo boletim divulgado pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), a COVID voltou a predominar entre os casos de síndromes de vírus respiratórios.

**VARÍOLA** Outra preocupação agora é o surto de varíola de macacos fora da África. A Organização Mundial da Saúde (OMS) não acredita que o surto exija vacinações em massa, uma vez que medidas como boa higiene e comportamento sexual seguro

ajudarão a controlar a propagação, disse uma autoridade sênior ontem. Em entrevista à Reuters, Richard Pebody, que lidera a equipe de patógenos de alta ameaça na OMS Europa, também afirmou que os suprimentos imediatos de vacinas e antivirais são relativamente limitados.

Os comentários ocorrem no momento em que o Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC) dos EUA disse que estava em processo de liberação de algumas doses da vacina Jynneos para uso em casos de varíola dos macacos.

Autoridades de saúde pública na Europa e na América do Norte estão investigando mais de 100 casos suspeitos e confirmados da infecção viral no pior surto do vírus fora da África, onde a doença é endêmica.

As principais medidas para controlar o surto são o rastreamento e o isolamento de contatos, disse ele, observando que não é um vírus que se espalha com muita facilidade e nem causou doenças graves até agora.

"Não estamos em uma situação em que estamos nos movendo para a vacinação generalizada das populações", declarou. Não está claro o que está impulsionando o surto. Cientistas tentam entender a origem dos casos e se algo sobre o vírus mudou. Não há evidências de que o vírus tenha sofrido mutação, disse um executivo sênior da agência da ONU separadamente nessa segunda-feira.

**Site:**

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/24/05/2022/p1>

# Após acordo, servidores do INSS encerram greve de dois meses

Por g1

Os servidores do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) encerraram a greve que durou dois meses e retornaram ao atendimento nas unidades a partir de segunda-feira (23).

Os servidores se comprometeram a repor os dias parados para agilizar a análise de processos e a concessão de benefícios. A compensação será feita conforme plano de trabalho a ser construído nos próximos dias, segundo o **INSS**.

O acordo foi assinado no Ministério do Trabalho e Previdência na presença do ministro José Carlos Oliveira, do presidente do **INSS**, Guilherme Serrano, da diretora substituta de Gestão de Pessoas do **INSS**, Eva Lorena Ferreira, e representantes da categoria.

Além das demandas relacionadas à valorização da carreira, o acordo prevê a constituição de um comitê permanente para melhorias do programa de gestão e dos processos de trabalho dos serviços previdenciários (Serviço Social e Reabilitação Profissional), com participação paritária de representantes da carreira e o **INSS**, com poder deliberativo para apresentação das propostas à presidência da autarquia.

"Com a assinatura de mais este acordo retomamos nossa capacidade de atendimento à população. Todos os serviços do **INSS** e da perícia médica estão sendo retomados e, em breve, vamos encurtar essa espera dos segurados por um benefício", declarou o ministro do Trabalho e Previdência, José Carlos Oliveira.

O presidente do **INSS** garantiu que todos os esforços serão no sentido de agilizar as entregas aos segurados da **Previdência Social**. "Trabalharemos para normalizar nosso atendimento o mais rápido possível nas agências de todo o país. Estamos focados em agilizar as análises e concessões de benefícios dos segurados", disse Guilherme Serrano.

O Ministério do Trabalho e Previdência informou que os médicos peritos se comprometeram a repor os dias parados e trabalhar para reduzir o estoque de perícias não realizadas. Cada perito poderá realizar no máximo 12 atendimentos diários, recebendo o valor de R\$ 61,72 por perícia extraordinária que exceder a

quantidade máxima de atendimentos por dia.

Em março, havia mais de 1,7 milhão de pedidos de benefícios previdenciários na fila para serem analisados ou concedidos, de acordo com o boletim estatístico da **Previdência Social**, elaborado pela Secretaria de Políticas de **Previdência Social**/Coordenação-Geral de Estatística, Demografia e Atuária. Desse total, 1.463.754 aguardavam a primeira avaliação do **INSS** e 238.607 já haviam passado pela análise do instituto e necessitavam que o segurado apresentasse documentação para serem concluídos. O tempo médio de concessão dos benefícios era de 80 dias, chegando a 149 dias no Amapá.

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/05/24/apos-acordo-servidores-do-inss-encerram-greve-de-dois-meses.ghtml>

# Reforma tributária para distribuir renda (Artigo)

*Renê de Oliveira Garcia Junior é secretário estadual da Fazenda do Paraná, e Tomaz Leal é assessor econômico da Secretaria da Fazenda estadual do Paraná*

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Os satélites do bolsonarismo - MÍRIAM LEITÃO

**MÍRIAM LEITÃO**

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

**Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>**

# Câmara instala comissão sobre reforma tributária nesta terça-feira

**Brasília**  
**em Brasília**

/ **Carlos Eduardo Bafutto, do R7,**

Desenvolvimento).

A Câmara dos Deputados instala nesta terça-feira (24) uma comissão especial para analisar a proposta de emenda à Constituição (PEC) que substitui os **tributos** atuais por três modalidades de **impostos**. Os **impostos** seriam cobrados sobre renda, consumo e propriedade. O projeto de lei foi proposto pelo deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PL-SP).

De acordo com a matéria, os **tributos** que passarão a incidir sobre renda, propriedade e consumo poderão ser cobrados pelas esferas federal, estadual e municipal. Atualmente a tributação da renda cabe exclusivamente à União, enquanto os estados tributam majoritariamente o consumo e os municípios tributam a propriedade.

Com a nova lei, estados e municípios poderão criar seus **impostos** sobre renda e patrimônio na forma de um adicional ao imposto federal. O texto determina ainda a extinção de **tributos** estaduais como ICMS e IPVA, municipais como ISS e IPTU e federais como IPI, PIS/Pasep e Cofins. Além disso, as contribuições ao Sistema S (Sesc, Senai e Senac) passariam a ter natureza facultativa.

A PEC 7/2020 tramita paralelamente a outra proposta de emenda à Constituição sobre a **reforma tributária**. A PEC 110 / 2019 - que segue em análise na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) do Senado - propõe um modelo dual de tributação, ou seja, com dois tipos de **impostos** de valor agregado.

O texto da PEC 110 prevê ainda um novo imposto sobre produção, importação e comercialização de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, que entraria no lugar do IPI. A proposta, que é do senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) junto com outros 65 senadores, recebeu parecer favorável do relator, senador Roberto Rocha (PSDB-MA).

Um deles é a CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) que unifica **tributos** federais como IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), Cofins (Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social**), PIS (Programa de Integração Social) e Cide-Combustíveis (Capacitação Inserção e

O outro modelo de tributação, o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), congrega o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) e o ISS (Imposto Sobre Serviços), que são recolhidos por estados, Distrito Federal e municípios.

**Site:** <http://noticias.r7.com/brasilia/camara-instala-comissao-sobre-reforma-tributaria-nesta-terca-feira-24052022>

# Câmara negocia enxugar projeto que limita ICMS sobre energia elétrica

**Danielle Brant, Renato Machado e Fábio Pupo**

Parlamentares negociam mudanças no projeto que limita a cobrança de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) aplicado a energia elétrica e combustíveis para reduzir a resistência ao texto e facilitar a aprovação tanto na Câmara como no Senado.

O projeto de lei complementar teve a urgência aprovada pelos deputados no dia 18, em meio a uma pressão do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) - que demandava do governo uma solução contra o encarecimento da conta de luz.

A negociação envolve enxugar o texto -que foi apensado a um projeto correlato e que é relatado pelo líder da União Brasil na Câmara, Elmar Nascimento (BA).

O projeto classifica combustíveis, energia elétrica, comunicações e transporte coletivo como bens e serviços essenciais. A ideia é, com isso, estabelecer uma alíquota máxima de ICMS sobre esses itens.

O autor do projeto, deputado Danilo Forte (União Brasil-CE), defende que o texto seja simplificado para tratar apenas de energia e combustível.

"Simplificando fica mais fácil de votar. Vamos ver se a gente vota isso amanhã [terça] para o Senado votar na outra semana. Assim, até o fim de junho a gente entrega ao povo brasileiro o que é nossa obrigação, de tomar iniciativa para baixar a conta de energia e a conta de combustível" Ele disse estar conversando com o relator do projeto sobre as alterações. Se aprovado, diz, o texto poderia reduzir de 10% a 11% a conta de energia. O impacto sobre combustíveis variaria de 9% a 12%.

Caso a proposta seja aprovada, a tributação de ICMS sobre esses itens seria limitada graças a um entendimento alcançado pelo Supremo em novembro de 2021. A Corte considerou que bens e serviços essenciais -como energia e telecomunicações- não podem ser mais tributados que as operações em geral, que têm alíquotas entre 17% e 18% nos estados.

Lira e o ministro Paulo Guedes (Economia) fazem um esforço conjunto para tentar reduzir a resistência do

presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), ao texto.

A equipe de Guedes argumenta que os governadores estão com caixas cheias e que é preciso devolver essa receita diretamente à população em vez de partir para soluções vistas como ineficazes -como a criação de subsídios. Por isso, o corte de **impostos** é considerado o ato mais adequado.

Guedes defendeu o plano em conversa com Pacheco. Os dois se encontraram na sexta-feira (20) e, após ouvir os argumentos, o presidente do Senado respondeu que iria analisar o tema.

Pacheco já havia tido uma reunião anterior com Lira sobre o projeto. Embora não tenha se manifestado de forma contrária, o senador disse que os estudos seriam aprofundados e que haveria diálogo com líderes da Casa para avaliar a proposta.

Há possibilidade de resistência maior no Senado por causa da proximidade da Casa com os estados. O líder do Podemos, Álvaro Dias (PR), aponta que há "forte oposição dos governadores" e que a proposta pode provocar um "enorme rombo na receita dos estados".

A CMN (Confederação Nacional dos Municípios) calcula uma perda de R\$ 65,6 bilhões para os cofres públicos -sendo que, para os prefeitos (que recebem parte da arrecadação dos governadores com ICMS), a perda anual seria de R\$ 15,4 bilhões.

O líder do PSDB no Senado, Izalci Lucas (DF), nega que haja disputas com a Câmara que possam afetar a tramitação da proposta. "O projeto vai ser discutido, vamos precisara ver o que vai passar lá na Câmara. Claro que aqui vai ter um tratamento diferenciado, vai ser bem analisado. Mas não há ressentimento. Nada é votado assim pelo fígado." Um líder de uma importante bancada, no entanto, afirma que o projeto é muito "invasivo" nas competências dos estados. Ele também critica a visão de que os governadores estão acumulando grandes reservas com o aumento da arrecadação e que não sofreriam o impacto das mudanças nas regras do ICMS.

Lira tem feito uma ofensiva para tentar reduzir o preço da energia. No dia 3, os deputados aprovaram a

urgência de um projeto de decreto legislativo (PDL) que susta os reajustes no Ceará. Com isso, o texto pode ser votado em plenário.

O PDL é usado como forma de pressionar as distribuidoras do país a revisarem o aumento nas tarifas. Isso porque há uma articulação para que o substitutivo do texto inclua não apenas o Ceará, cuja tarifa foi reajustada em 24%, mas outros estados que também tiveram aumento.

A votação do projeto é vista com ressalvas dentro do governo, em especial pela insegurança jurídica que a quebra de contratos representaria.

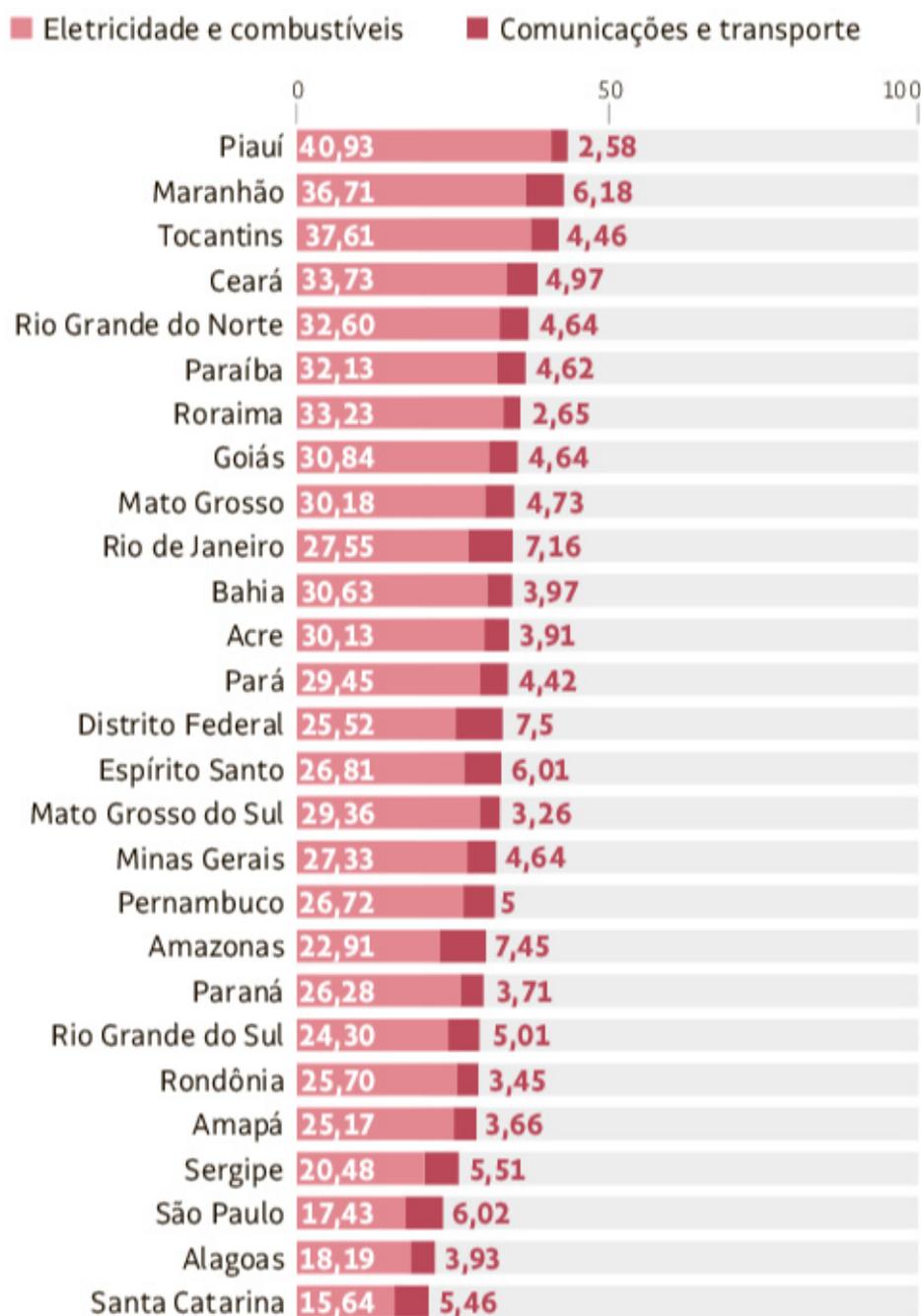
**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49921&anchor=6456452&pd=13a0636d6a3d7d4ec7d1c8bf8374c0d5>**

## O peso para os estados

Receita com ICMS de transportes, comunicação, combustíveis e energia elétrica, sobre receita tributária em 12 meses\*

Em %



\*Resultados para 12 meses acumulados até março de 2022; para Piauí e Tocantins, 12 meses até dezembro de 2021 (dados mais recentes)  
 Fonte: Boletim de Arrecadação dos Tributos Estaduais do Confaz; elaboração Vinicius Torres Freire

# 'Custo Congresso' elevará conta de luz em 10% nos próximos anos, diz estudo

**ADRIANA FERNANDES**

Com a aprovação de leis que exigem contratações de energia de fontes específicas e subsídios ao setor elétrico, o Congresso aumentou o custo da conta de luz em 10% para os próximos anos. Os cálculos, obtidos pelo Estadão, são do professor Edvaldo Santana, ex-diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

O especialista mapeou o custo das leis aprovadas recentemente e desenhou a "matemática" do que chama de "custo Congresso" na conta de luz.

Todo esse custo adicional acaba sendo pago pelos consumidores na conta de luz, seja por meio do preço da energia, seja pelo aumento dos encargos.

Com a escalada tarifária, agora o presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), com apoio do governo, quer baratear a conta de luz com a aprovação de um projeto que fixa um teto de 17% da alíquota do ICMS, imposto estadual, e de um decreto que suspende os reajustes já aprovados nos Estados. Em ano de eleições e com os políticos sendo cobrados pelo custo elevado da energia, esses dois projetos tramitam com urgência na Câmara e ganharam prioridade para aliviar a conta de luz. Apesar da pressão dos governadores, o projeto do ICMS pode ser aprovado pela Câmara hoje (leia mais nesta página).

O mapeamento mostra, porém, que os próprios parlamentares contribuíram para a explosão no preço, com exigências de contratações de térmicas a gás, a carvão mineral, energia nuclear de Angra 3 e energia renovável pelo dobro do mercado. Essas contratações têm um custo médio de R\$ 464,29 por MWh, enquanto o custo marginal da expansão, calculado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), empresa vinculada ao Ministério de Minas e Energia, é de R\$ 157,44.

O resultado é um custo adicional de R\$ 27 bilhões por ano em relação à contratação eficiente, considerando o prazo de cada contratação compulsória, o que representará um acréscimo médio de R\$ 54,79 por MWh na conta de energia e um impacto de cerca de 10% na tarifa do consumidor nos próximos anos. A conta média envolve custos com prazos e

financiadores distintos.

Segundo Santana, muitas das contratações compulsórias serão rateadas por prazos de 15 a 20 anos por todos os consumidores, mas podem chegar a 50 anos, como é o caso da energia da usina nuclear Angra 3.

Presidente da Associação Nacional dos Consumidores de Energia (Anace), Carlos Faria desabafa: "Soa risível, se a situação não fosse trágica, a postura de diversos parlamentares em relação às tarifas de energia. Enquanto contribuem para o repasse dos jabutis bilionários aos consumidores, ameaçam as regras e a própria sustentabilidade do setor elétrico com tentativas de interferir nos processos tarifários".

Para Rodrigo Ferreira, presidente executivo da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraceel), a solução de reforma estrutural para o setor é o projeto 414, já aprovado no Senado. Ele abre o mercado de energia ao dar o direito, a quem quiser, de poder escolher o próprio fornecedor de energia elétrica - a portabilidade.

Segundo ele, há consenso no setor sobre o projeto e grande expectativa para a votação em junho. "O presidente Lira tem demonstrado preocupação com a explosão tarifária e já se manifestou favorável à modernização do modelo comercial do setor elétrico, que garantirá liberdade de escolha para o consumidor e acesso a energia mais barata", avalia Ferreira.

Só redução do ICMS não resolve questão do preço, diz especialista ARTIGO Bernard Appy Diretor do Centro de Cidadania Fiscal A proposta em discussão no Congresso de reduzir a alíquota de ICMS para 17% pode representar algum alívio no bolso do consumidor de combustíveis, energia elétrica e serviços de telecomunicações.

Mas essa é apenas uma das mudanças que precisam ocorrer para que, de fato, os preços recuem de forma consistente. O risco é promover uma queda apenas no curto prazo e os preços voltarem a subir ao longo do tempo.

Na avaliação do diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), Adriano Pires, a redução da carga tributária faz parte de três questões que

precisam de uma solução no caso dos combustíveis. As outras duas são o fim da ineficiência logística e da falta de concorrência. Segundo ele, enquanto nos EUA os combustíveis são transportados por dutos, aqui chegam até o consumidor em caminhões. Além disso, 80% do refino no Brasil é feito pela Petrobras.

"No caso dos **impostos**, tributam esses segmentos como se fossem itens supérfluos.

Isso porque são mais fáceis de controlar comparados a outros setores. É uma arrecadação gigante." Para ele, porém, se vai haver um projeto para reduzir ICMS, é preciso de um esforço de todos, não só dos Estados.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# EUA criam bloco com mais 12 países da região Índia-Pacífico

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Bolsonaro troca comando da Petrobras e fortalece Guedes

*Rafael Bitencourt, Fabio Murakawa, Estevão Taiar,  
Daniel Rittner e Fernando Exman De Brasília*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187225](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187225)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187225](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187225)

# Chance para ouvir os presidenciaíveis

*raphael felice*

O Correio Braziliense realiza, no próximo dia 31, uma série de sabatinas com os principais pré-candidatos à Presidência da República. A ideia é adiantar para o eleitor as propostas de cada um para os próximos quatro anos. E permitir que o cidadão possa comparar as ideias e soluções que pretendem apresentar assim que a campanha for oficializada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em agosto.

Foram convidados todos os pré-candidatos mais bem colocados nas pesquisas de intenção de voto. A sabatina terá início às 10h e será transmitida ao vivo pelo site por todas as redes sociais do Correio.

Já confirmaram presença as pré-candidatas Simone Tebet (MDB) e Vera Lúcia (PSTU), além de Ciro Gomes (PDT), Felipe D'Avila (Novo) e André Janones (Avante). Estão pendentes de confirmação o presidente Jair Bolsonaro (PL), o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Luciano Bivar (União Brasil).

Cada participante terá uma hora para responder sobre projetos de governo e planos para o Brasil lidar com alguns dos principais problemas enfrentados pela sociedade - como **inflação** ascendente, juros em mais de dois dígitos, desemprego em altos patamares, educação repleta de precariedades, saúde pública de má qualidade, além da violência e a crise na segurança e o avanço da pobreza. Um cenário desafiador para um país cujo crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) está praticamente estagnado nos últimos anos - chegou a registrar retração em 2021. Em 2022, a previsão do Fundo Monetário Internacional (FMI) é de um crescimento de apenas 0,8%.

A previsão é de que Bolsonaro abra a sequência de debates. Em seguida, será a vez de Vera Lúcia ser sabatinada, seguida de Ciro Gomes, Felipe D'Avila, Luciano Bivar, André Janones, Lula - e Simone Tebet fecha o debate (quadro ao lado). A ordem foi definida por meio de sorteio realizado pela equipe do Correio e enviada às assessorias dos pré-candidatos.

Na avaliação de Leandro Gabiati, doutor em ciência política, as sabatinas ajudam na tarefa de esclarecer a sociedade. "O eleitor vai avaliar de acordo com valores próprios, questões subjetivas e fazer avaliação de qual candidato melhor representa a sua visão de mundo. Essas sabatinas ajudam a levar informações para que o eleitor consiga avançar na tomada de decisão",

frisou.

O professor em ciência política Valdir Pucci vê as sabatinas como "uma forma de o eleitor escolher o seu candidato a partir do que ele já fez em vez daquilo que promete fazer. Porque se um candidato prometeu e fez, há grande chance de fazer novamente".

## Veja os horários dos debates



**Jair Bolsonaro**  
(PL)  
**10h** (a confirmar)



**Vera Lúcia**  
(PSTU)  
**11h**



**Ciro Gomes**  
(PDT)  
**12h**



**Felipe D'Avila**  
(Novo)  
**14h**



**Luciano Bivar**  
(União Brasil)  
**15h** (a confirmar)



**André Janones**  
(Avante)  
**16h**



**Luiz Inácio Lula da Silva**  
(PT)  
**17h** (a confirmar)



**Simone Tebet**  
(MDB)  
**19h**

# Globalização em xeque

Relatório divulgado ontem pelo Fórum Econômico Mundial, que ocorre em Davos, na Suíça, aponta para o risco de escalada da inflação mundial e retrocesso na globalização da economia, com o aumento de medidas protecionistas. Assinado por economistas-chefes dos 24 maiores bancos do mundo, o documento coloca o conflito entre Rússia e Ucrânia no centro das preocupações, por seus efeitos negativos na inflação e no crescimento global.

O relatório prevê o crescimento do protecionismo nos próximos anos. É esperada maior fragmentação das cadeias de bens (79%), tecnologia (65%) e no mercado de trabalho (54%). Apenas nos serviços a expectativa de desintegração não é majoritária (46%).

Alerta semelhante foi feito pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Para a instituição, a economia global "enfrenta talvez seu maior teste desde a Segunda Guerra". A invasão da Ucrânia, preços elevados de alimentos e energia e de pressão sobre famílias pelo mundo leva muitos países e companhias a reavaliar suas cadeias de produção global. Há risco de "fragmentação geoeconômica", adverte texto publicado no blog do FMI, assinado pela diretora-gerente da instituição, Kristalina Georgieva, Gita Gopinath, primeira vice-diretora-gerente, e Ceyla Pazarbasioglu, diretora do Departamento de Estratégia, Política e Revisão.

## Sinal de alerta para o mundo (Editorial)

O mundo deve se preparar para tempos tenebrosos. Pesquisa realizada com economistas e representantes dos maiores bancos e empresas do planeta aponta uma crise de longa duração, com resultados pesados para a maior parte da população, sobretudo a mais pobre. Apresentado no Fórum Econômico Mundial, em Davos, na Suíça, o levantamento prevê crescimento menor da economia, **inflação** mais alta, salários menores e aumento na insegurança alimentar. Por causa dos fortes reajustes nos preços dos alimentos e da energia elétrica, milhões de famílias serão empurradas para a miséria, não terão o que comer.

"Estamos à beira de um ciclo vicioso que pode impactar as sociedades durante anos. A pandemia e a guerra na Ucrânia fragmentaram a economia global e criaram consequências de longo alcance que correm o risco de acabar com os ganhos dos últimos 30 anos", alertam os especialistas. Para eles, o quadro de "tempestade perfeita de volatilidade e incertezas" piora as escolhas de governos e de formuladores de políticas, com impacto direto no custo de vida, na sustentabilidade da dívida pública e nos investimentos. As consequências humanas serão devastadoras.

A situação se agrava porque muitos países não estão tendo a dimensão exata do perigo. Em vez de encarar as adversidades e buscar saídas menos custosas para a população, governantes fogem das responsabilidades e disseminam fake news, criando um mundo fictício com o único objetivo: manterem-se no poder. Por isso, o alerta: os eleitores não devem se deixar levar por falsas promessas, pois os resultados, mais à frente, serão de difícil reversão. O voto consciente é peça fundamental nesse processo, no qual não há espaço para salvadores da pátria.

A América Latina, puxada pelo Brasil, deverá apresentar a maior **inflação** neste ano, agravando as desigualdades sociais, que já são enormes. A região, sabe-se, sempre pecou por escolhas erradas ao priorizar o populismo. Cair novamente nas mesmas armadilhas resultará em uma fatura altíssima. Felizmente, ainda é possível evitar o pior, mas a desaceleração da atividade já está contratada. As famílias terão de abrir mão de coisas básicas para a sobrevivência. Até nas nações mais desenvolvidas, como os Estados Unidos, os tempos serão de apreensão.

O Brasil chega a este momento sem crescimento econômico há mais de uma década. Na média, desde 2011, o Produto Interno Bruto (**PIB**) avança 0,3% ao

ano. Ou seja, mesmo nos períodos de maior prosperidade da humanidade, o país não conseguiu tirar o proveito necessário para resolver pendências históricas, como a pobreza extrema. A classe média, que é a base de qualquer sociedade, também enfrenta um desemprego renitente e aumenta a sua dependência do governo. Isso pode ser medido pelo aumento do número de brasileiros que dependem do Sistema Único de Saúde (SUS): são mais de 165 milhões de pessoas.

Aqueles que vierem a governar o Brasil a partir de 2023 terão o trabalho hercúleo de tirar a economia do atoleiro e recolocá-la no caminho do crescimento, ainda que as adversidades globais sejam muitas. E não será por meio de bravatas ou planos inconsistentes. O que o país precisa é de seriedade, de transparência, de compromisso com medidas abrangentes e não restritas aos grupos privilegiados de sempre. Erros em série tendem a agravar a miséria que tomou conta das cidades e, por tabela, incentiva a violência.

A história já mostrou que a solução para a reversão da pobreza e a redução da marginalidade é o crescimento econômico sustentado. É o aumento da produção e do consumo que gera mais emprego e renda. As pessoas precisam de dignidade, e isso não se resume a programas sociais. Sim, eles são fundamentais ante o cenário desolador que vivemos. Mas as pessoas querem trabalho para satisfazer suas necessidades básicas. Que as escolhas do país sejam por um futuro melhor, não pelo retrocesso.

# TSE recua, e Arthur Lira tira vice-presidente da Câmara



O deputado federal Marcelo Ramos Michel Jesus - 6.jun.21/Câmara dos Deputados

## Danielle Brant e Marcelo Rocha

Após recuo do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), oficializou em ato publicado nesta segunda-feira (23) a convocação de nova eleição para o cargo de vice-presidente da Casa e para outros dois postos da Mesa Diretora.

As urnas para essa eleição já foram instaladas no plenário da Câmara. A vaga de vice vai ser disputada por um deputado do PL, partido de Jair Bolsonaro. Em live no dia 12 de maio, o presidente afirmou ter pedido ao partido de Valdemar Costa Neto para destituir Marcelo Ramos, que é seu opositor e trocou o PL pelo PSD de Gilberto Kassab.

Lira fará novas eleições para preencher não só a vice-presidência, mas também a segunda secretaria, ocupada por Marília Arraes (PE) - que saiu do PT para o Solidariedade-, e a terceira secretaria, hoje com Rose Modesto (MS) -que trocou o PSDB pela União Brasil. As vagas serão disputadas por deputados do PT e do PSDB.

A eleição será presencial. As candidaturas poderão ser registradas até 19h desta terça (24). No PL, um dos nomes apontados como candidato ao posto de vice é o do deputado Vitor Hugo (GO). Mas há quem avalie que o parlamentar não concorreria, por ser pré-candidato ao governo de Goiás.

Como revelou a Folha, o PL pressionou Lira a retirar Ramos da vice-presidência da Casa para tentar

emplacar um deputado da sigla no posto.

A ofensiva começou há cerca de um mês, mas foi intensificada após as críticas do amazonense a decretos que reduzem o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) e afetam a zona franca de Manaus.

Ramos recorreu ao TSE e conseguiu decisão a seu favor de Alexandre de Moraes, considerado adversário do Planalto.

Moraes determinou que o presidente da Câmara se abstivesse de acatar qualquer deliberação do PL que buscasse afastar ou substituir o deputado da vice-presidência da Casa legislativa. O ministro, porém, recuou nesta segunda e revogou sua própria decisão.

Ele disse que a liminar garantia a Ramos o mandato até o reconhecimento de justa causa para a desfiliação. Questão essa, segundo ele, superada em razão de carta anexada ao processo em que Valdemar Costa Neto concordou com o desligamento do ex-correligionário.

Sobre perda de cargo na Mesa Diretora por motivo de desfiliação partidária, Moraes afirmou que eventual ilegalidade no ato do comando da Casa deve ser avaliada pelo STF (Supremo Tribunal Federal).

Ramos disse que não pretende recorrer. "Respeito a decisão dele [Moraes], e, diferentemente do presidente da Câmara que disse por todos os cantos que desobedeceria a decisão anterior dele, eu quero dizer que obedeceria a decisão dele e não criarei mais instabilidade política na Câmara."

Disse ainda que não vai recorrer nem internamente nem ao STF. "Não me sinto à vontade de, num país com 19 milhões de pessoas passando fome, 13 milhões de desempregados e **inflação** descontrolada, gastar minhas energias brigando por um cargo", disse.

"Ser vice-presidente ou não não muda a vida de ninguém. O que muda a vida das pessoas é eu lutar contra a fome, contra o desemprego e contra a **inflação**, é com isso que vou gastar minhas energias."

Desde que Moraes tomou a decisão em favor de Ramos, líderes alinhados a Lira defendiam que ele descumprisse a determinação judicial.

Para eles, o Judiciário não poderia intervir em uma situação "interna corporis", ou seja, interna da Câmara.

Aliados de Lira também afirmavam que o PL tinha direito de reivindicar o cargo de vice.

O regimento interno da Casa diz que o membro da Mesa Diretora que trocar de partido perde automaticamente o cargo que ocupa. A vaga, então, é preenchida após nova eleição.

A regra é reforçada por um artigo da Lei dos Partidos, que também estabelece a perda automática de função ou cargo na Câmara do parlamentar que deixar o partido pelo qual tenha sido eleito. O objetivo é manter a proporção partidária.

Ramos usava dois argumentos para defender a manutenção do cargo. O primeiro era que, em 2016, o então presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PTB-SP, na época MDBRJ), em resposta a um questionamento sobre o tema, decidiu que o termo "legenda partidária" poderia ser interpretado de modo amplo como "partido ou bloco parlamentar".

Com isso, indicou que uma mudança de partido dentro do mesmo bloco parlamentar não alteraria a representação proporcional da Mesa. Como o PSD fazia parte do bloco de Lira na eleição para a atual Mesa Diretora, Ramos não seria afetado pela regra regimental.

Também usava em sua defesa a carta de anuência enviada pelo partido de Valdemar Costa Neto na ação de desfiliação por justa causa. No documento, o PL diz que decidiu não utilizar as prerrogativas do artigo 26 da Lei dos Partidos -o dispositivo que prevê a perda automática do cargo em caso de troca de legenda.

"Não me sinto à vontade de, num país com 19 milhões de pessoas passando fome, 13 milhões de desempregados e **inflação** descontrolada, gastar minhas energias brigando por um cargo Marcelo Ramos (PSD-AM) deputado federal

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=499>**

**21**

# Sinalização de Biden de reduzir tarifas para China traz otimismo, e dólar cai para R\$ 4,81



**Lucas Bombana**

O dólar recuou pela terceira sessão seguida ante o real nesta segunda-feira (23), marcada pelo bom humor dos investidores, com altas generalizadas nas Bolsas globais.

O sentimento de maior apetite por risco do mercado veio após comentários do presidente dos EUA, Joe Biden, de que estaria avaliando derrubar tarifas impostas pelo antecessor, Donald Trump, contra produtos chineses.

"O pronunciamento foi visto com bons olhos, uma vez que qualquer redução destas tarifas poderia ajudar no controle da **inflação** americana", dizem os analistas da XP em relatório.

A persistente pressão inflacionária no país, e o risco de um aumento dos juros mais agressivo pelo Federal Reserve (Fed, banco central dos EUA), foram os maiores responsáveis pelas quedas das Bolsas americanas na semana passada.

Com redução da aversão ao risco, o dólar comercial se desvalorizou 1,31% nesta segunda, cotado a R\$ 4,8070 para venda.

A sessão foi de enfraquecimento do dólar em escala global -o índice DXY, que mede sua força contra uma cesta de moedas, recuou cerca de 1%.

Na Bolsa de Valores, o índice amplo Ibovesp a operou em alta todo o pregão, para fechar com valorização de

1,71%, aos 110.345 pontos, impulsionado por ganhos expressivos de papéis de commodities e bancos.

Entre as ações de maior peso no mercado local, as ações ordinárias da Petrobras avançaram 3,69%, e as preferenciais, 3,93%. Os papéis da Vale tiveram apreciação de 2,04%.

Destaque para os papéis do BB (Banco do Brasil), que valorizaram 4,22%, e do Itaú, com alta de 2,59%. Já os do Bradesco subiram 1,63%, e os do Santander, 2,51%.

No mercado global, as Bolsas nos EUA também oscilaram no campo positivo, em uma sessão de ajustes, após terem reportado na sexta-feira (20) a sétima queda semanal em sequência, a pior desde 2001.

O S P 500 fechou com ganhos de 1,86%, o Dow Jones subiu 1,98%, e o Nasdaq, com maior concentração de ações de tecnologia, avançou 1,59%.

O desempenho americano acompanhou o pregão positivo das Bolsas na Europa, com alta de 1,67% do FTSE-100, de Londres, e de 1,17%, do CAC-40, de Paris. O DAX, de Frankfurt, avançou 1,38%.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49921&anchor=6456452&pd=13a0636d6a3d7d4ec7d1c8bf8374c0d5>

# Economistas preveem mais inflação e menos globalização



Luciana Coelho

A Guerra da Ucrânia e as decorrentes pressões inflacionárias, combinadas ao temor de menor crescimento na China e à crise energética, vão provocar novos solavancos na economia global e adiar uma recuperação pós-pandemia, com riscos de escalada de preços especialmente nos países latino-americanos e nos Estados Unidos, afirmam economistas.

O alerta está em um relatório de tom marcadamente sombrio assinado por um grupo de 47 nomes destacados em grandes bancos e multinacionais afiliados ao Fórum Econômico Mundial e distribuído nesta segunda-feira (23) no encontro anual da entidade em Davos (Suíça).

A pesquisa anterior, de novembro de 2021, apontava para riscos inflacionários de curto prazo. O cenário mudou, impulsionado sobretudo pela Guerra da Ucrânia e pela expectativa de crescimento fraco ou muito fraco na China, algo previsto por 37% dos respondentes.

Para 86% do colegiado, há alto risco de **inflação** na América Latina neste ano, sendo que os que projetam risco "muito alto" são 47%, o maior índice de todas as regiões. No caso americano, 96% veem alto ou muito alto risco, sendo 38% os que apontam para "muito alto".

Quanto à Europa, 93% veem risco alto ou muito alto (17% sendo "muito alto"). A **inflação** também assombra a África Subsaariana (77% veem alto risco) e o Oriente Médio e norte da África (75%).

"Estamos à beira de um círculo vicioso que pode afetar as sociedades durante anos", escreve Saadia Zahidi,

diretora-gerente do Fórum, no relatório.

"Os líderes enfrentam escolhas difíceis e barganhas domésticas no que tange a **inflação**, dívida e investimento." Ao mesmo tempo em que a **inflação** sobe e políticas monetárias mais austeras são adotadas (ou seja, juros maiores), os economistas veem necessidade de algum afrouxamento fiscal. Eles também recomendam especial atenção com o setor de energia e com as medidas para mitigar a crise climática. No caso dos países mais pobres, há risco de insegurança alimentar.

Quase 9 em 10 dos entrevistados afirmam que será necessário subsidiar alimentos -cujos preços estão mais pressionados- em economias de baixa renda. No caso dos países mais ricos, seria necessário subsídio de energia, segundo a enquete.

Em todas essas regiões a expectativa inflacionária é pelo menos moderada para o grupo de economistas, entre os quais estão os brasileiros Mansueto Almeida (BTG), Fernando Honorato (Bradesco) e Mario Mesquita (Itaú Unibanco).

Os especialistas ainda se mostram pouco otimistas em relação ao andamento da globalização nos próximos três anos e preveem maior politização das cadeias de produção, com tendência à nacionalização. Em outras palavras, o protecionismo aumentará, com efeito negativo na integração econômica.

A maior parte deles espera maior fragmentação nas cadeias de bens (79%), tecnologia (65%) e no mercado de trabalho (54%). Apenas no setor de serviços a expectativa de desintegração, embora predominante, não é majoritária (46%, sendo que 39% esperam estabilidade).

"As incertezas, risco e tensionamento da economia global são extremamente altos no momento. Os desdobramentos da Guerra da Ucrânia estão pressionando economias já enfraquecidas pela pandemia até o limite de sua capacidade, revelando dependências estruturais e trazendo consequências imprevistas", diz o relatório resultante da pesquisa.

"O potencial de uma crise secundária devastadora é alto." No mercado de trabalho o quadro pintado pela pesquisa se mostra especialmente preocupante para

os entusiastas da globalização: nenhum dos integrantes do grupo espera maior integração até 2025.

Os especialistas também se manifestaram a respeito do impacto das sanções contra a Rússia na duração da Guerra da Ucrânia. Para 53%, esse efeito é pequeno ou nulo, ante 38% que acham que é grande e 10%, muito grande.

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49921&anchor=6456452&pd=13a0636d6a3d7d4ec7d1c8bf8374c0d5>**

# Planeta ganhou 573 novos bilionários na pandemia, diz Oxfam

A ONG Oxfam lançou nesta segunda (23), em Davos (Suíça), seu tradicional relatório sobre desigualdade global, no qual afirma que o mundo ganhou 573 novos bilionários desde 2020, e que neste ano um bilionário surge a cada 30 horas.

O dado representa desaceleração em relação ao de janeiro, quando a Oxfam projetava um novo bilionário a cada 26 horas.

O estudo "Lucrando com a Dor", que examina o crescimento das fortunas durante o auge da pandemia do coronavírus, aponta ainda que a riqueza total dos 2.668 bilionários existentes no planeta hoje equivale a 13,9% do **PIB** global, uma fatia que é quase o triplo do que era em 2000 (4,4%) e soma US\$2,7trilhões (cerca de R\$ 61 trilhões, OU38 vezes o **PIB** do Brasil).

Durante a pandemia, os setores de energia, alimentos, tecnologia e medicamentos foram os que mais concentraram bilionários e empresas com altos lucros. No topo da lista está Elon Musk, o dono da Tesla, que, segundo a ONG, se manteria entre o 0,0001% mais rico mesmo que se desfizesse de 99% de seu patrimônio, octuplicado em dois anos.

Nesse mesmo intervalo, alargaram-se os abismos de renda entre ricos e pobres e entre homens e mulheres.

A Oxfam elabora o relatório com base na lista de bilionários publicada pela revista Forbes, a qual exclui dívidas do patrimônio, de 18 de março de 2021 a 11 de março de 2022, e depois aplica sobre os dados de 2020, a base comparativa, a **inflação** ao consumidor dos EUA.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49921&anchor=6456452&pd=13a0636d6a3d7d4ec7d1c8bf8374c0d5>

# Estado tem que atuar onde o braço do setor privado é mais curto



**Ana Paula Branco**

Doutora em economia pela USP (Universidade de São Paulo), Zeina Latif, 54 anos, assumiu na semana passada o comando da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo, responsável por atrair investimentos ao estado e gerar empregos e renda.

Ao empossar a ex-economista-chefe da XP Investimentos, o governador Rodrigo Garcia (PSDB), candidato à reeleição, afirmou optar por manter a secretaria sob liderança feminina, com uma "equipe moderna e técnica para unir metas econômicas liberais e responsabilidade social na condução da gestão pública".

Latif não fez trocas no time de sua antecessora, Patrícia Ellen, e afirma estar pronta para dialogar com demais órgãos públicos e com o setor privado, com quem pretende "encurtar as pontas".

"Não adianta oferecer um curso de qualificação que vai usar recurso do contribuinte e não vai aumentar a empregabilidade ou não irá ajudar a pessoa ter uma melhor remuneração", afirma Latif.

\* Como recebeu o convite para assumir a secretaria? Eu faço parte do time econômico de João Doria e, portanto, já conhecia o governador de outras ocasiões. Veio o convite, e, num primeiro momento fiquei preocupada pela minha falta de experiência no setor público, mas o próprio governador falou: "Olha, Zeina, você vai chegar para trazer a visão de fora, para agregar".

É uma casa que está arrumada, a questão é segurar o bastão e avançar bem. Isso facilitou a minha decisão.

Não há dúvida, antes de mais nada, a confiança no governador. Não fosse isso, eu seguiria minha vida no setor privado.

Quais políticas da secretaria vê como acertadas nos últimos anos e que devem continuar? Estou aprendendo ainda e vendo tudo que está sendo feito, porque é um leque bastante amplo. Em diretrizes gerais, pegando da minha formação e da minha experiência, quando a gente pensa em atuação do Estado na economia, ele tem que atuar onde o braço do setor privado é mais curto. E certamente numa situação de pandemia aumenta essa necessidade de ação estatal.

O que eu vejo na secretaria é que a natureza desses programas -que é treinamento, qualificação de mão de obra, inovação, melhora do ambiente de negócios- ajuda a reconhecer os talentos e as vantagens comparativas ou talentos de cada região, se a gente for analisar na ordem da pesquisa econômica, é onde o Estado tem que entrar.

Claro que, [seria diferente] se a gente tivesse um ambiente em que o setor privado dá conta da qualificação, mas não é o caso. A gente está falando da qualificação de pessoas mais carentes, que às vezes não vão ter acesso a um curso, de pessoas desempregadas há muito tempo, que não têm condições financeiras.

Tem políticas públicas da secretaria que são associadas à transferência de renda, mas condicionadas ao treinamento. Em linhas gerais, a atuação da secretaria é adequada quando a gente pensa do ponto de vista de recomendação de política pública.

O meu papel vai ser avaliar cada uma delas para, de fato, valorizar aquelas com maior impacto e reformular porventura aquelas que a gente concluir que é necessário.

Esse é um trabalho que não é trivial. Envolve pesquisa acadêmica, institutos de pesquisa. O estado de São Paulo tem condições de fazer isso.

Nós temos no Brasil uma dificuldade com dados, mas acho que a missão é um pouco essa: quais políticas públicas têm maior impacto?

Algumas a gente bate o olho e diz: "Isso aqui é interessante". Mas, de novo, parte do meu trabalho vai ser identificar essas políticas, com base em ciência, não em palpite.

E as parcerias? Uma coisa que a secretaria já faz e temos que avançar e ser ambiciosos é muita interlocução com órgãos públicos, com as universidades, com as secretarias de municípios, com os convênios que têm com municípios e o Sistema S.

Você não vai resolver o problema das pessoas simplesmente anunciando uma política. Tem que ter a implementação dela. Quanto mais estiver conectada com os órgãos envolvidos, com quem tem a expertise, maior vai ser essa efetividade.

Agora, é mapear para ver onde tem gargalos, onde não tem, o que pode fazer para garantir a efetividade.

E com o setor privado? Por ora, há o desejo de muita conversa. Uma preocupação de cursos que sejam demandados pelo setor privado.

Como unir e fortalecer, encurtar as pontas com o setor privado para que de fato o conhecimento gerado se traduza em inovação. Nesse sentido de entender as demandas do outro lado e trabalhar junto.

Qual característica pessoal pretende trazer para a secretaria? É um conjunto de coisas. Primeiro, a minha formação de economista. Meu mestrado, meu doutorado, que é essencial. Mas também uma questão que não se trata de formação, que é a disposição de dialogar.

Dialogar não significa concordar. Tem horas que a gente vai ter divergências.

Para pensar em efetividade de política pública e de impacto na sociedade, tenho que pensar em qual é a demanda do setor privado. Não adianta oferecer um curso de qualificação que vai asar recurso do contribuinte que não vai aumentar a empregabilidade ou não irá ajudar a pessoa a ter uma melhor remuneração.

Ou quando pensamos o que o país, o que o estado investem em pesquisa para inovação. O quanto isso, de fato, se traduz em novas patentes, em inovação? Como potencializar essas políticas.

Na maioria das vezes envolve esse diálogo com outras instâncias e com o setor privado.

E qual a vantagem competitiva do estado de São Paulo? Tem as vocações naturais da região, óbvio. Mas tem vantagens que foram construídas.

Quando a gente pega o histórico de São Paulo, que, no início do século passado, começou a aumentar o gasto com a educação, fez reforma do sistema e todo um investimento em infraestrutura, isso é vantagem comparativa construída. Nossas universidades, os institutos de pesquisa são vantagens.

Nisso você entra num círculo virtuoso. Cria mercado, mão de obra qualificada, infraestrutura.

Estamos em um país que vem enfrentando crises econômicas muito profundas, um ciclo econômico muito acidentado e isso impacta todos.

Claro que temos, em todos os estados e secretarias afins, de melhorar o ambiente de negócios, garantir a inclusão de pessoas, não só numa questão moral mas até por crescimento. Pessoas que ficam à margem do mercado de trabalho ficam também à margem do mercado consumidor.

Exercer cidadania -está documentado até na literatura econômica- vai além de questões morais de não deixar ninguém para trás. Porque vale a pena não deixar ninguém para trás. Cria cidadãos, ajuda no desenvolvimento de uma forma geral. Isso tem impacto em indicadores de criminalidade e sociais importantes para o crescimento.

O nosso papel, ainda mais num contexto difícil de um país que cresce tão pouco, [é ver] o que podemos fazer para vencer as dificuldades e ter olhar para falhas de ação estatal e procurar aprimorar.

Como desenvolver uma região como a cracolândia? Não tem como sem tratar primeiro a questão da segurança e da saúde. Precisa fazer um bom planejamento e ter estudado a viabilidade. Bate numa questão mais assistencial. Minha resposta é superficial porque eu ainda não discuti esse assunto.

Num país que está com a **inflação** em alta, como o estado pode fomentar o empreendedorismo? As várias políticas da secretaria existem porque são necessidades muito diferentes dependendo do segmento da sociedade.

Geralmente, o fato de enfrentar dificuldades para encontrar uma ocupação aumenta o interesse por empreender. Vimos isso na pandemia. Pessoas que perderam o emprego e partiram para algo por conta própria.

O empreendedorismo dessas pessoas pode ser a porta de saída. Quando a gente pensa em empreendedorismo aqui e em qualquer lugar, a taxa de fracasso é alta. Mas cabe ao Estado também

financiar. E, nos casos de sucesso, buscar formas de dividir esse benefício da sociedade.

O fato de ter um ciclo econômico difícil, um país que cresce pouco, corre o risco de ter o caso de muitos empreendedores que não prosperam, mas isso não é justificativa para a gente não dar apoio.

Em quanto a secretaria pode avançar até o fim deste ano, antes de um novo mandato? Dessas várias políticas, algumas são mais caras ao governador. São as que têm números importantes e estão conectadas à demanda da sociedade. Tem todos os programas de qualificação profissional e de re inserção no mercado de trabalho.

Por exemplo, o Empreenda Rápido. Estamos falando de um quadro em que a inadimplência, infelizmente, está aparecendo de novo. Não se trata de simplesmente ajudar essas pessoas, mas está associado a algum tipo de treinamento.

Num contexto em que as tecnologias avançam, que as exigências do mercado de trabalho são maiores, que tem gente que está muito tempo desempregada e que não vai conseguir se recolocar se não tiver essa requalificação e não consegue isso no setor privado e pensando na questão do nome limpo, essas seriam as prioridades nesse momento.

Temos que ter um norte, muitas vezes não se consegue algo a curto prazo, mas tem ali objetivo a longo prazo. Independe de agendas políticas. E olhar a curto prazo com diretrizes a longo prazo.

Como um possível novo mandato de Jair Bolsonaro na Presidência pode impactar o estado de São Paulo? Nós tivemos governo Bolsonaro, governo petista, e o estado de São Paulo tocou bem. Olhando os números, estamos falando de um estado que cresceu mais do que a média do país, que muitas políticas foram feitas da saúde passando pelo emprego. O governo do estado não deu as costas para a sociedade durante a pandemia. Sempre dá para melhorar, mas seria injusto não reconhecer, e os números estão aí.

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49921&anchor=6456452&pd=13a0636d6a3d7d4ec7d1c8bf8374c0d5>**

# Incentivo à felicidade no trabalho pode ser corrida por produtividade

**Emma Goldberg**

Garry Ridge, que dirige a empresa química WD-40, tem um estilo de liderança guiado por duas fontes - Aristóteles e o presidente-executivo da BlackRock, Larry Fink.

"O prazer no trabalho coloca perfeição no trabalho", disse Ridge primeiro, citando o filósofo grego.

Então ele pegou um memorando recente da BlackRock. "As empresas que criaram fortes laços com seus funcionários tiveram níveis mais baixos de rotatividade e retornos mais altos durante a pandemia", Ridge leu em voz alta. Isso ele pontuou com seu próprio comentário: "Bom, dia".

A WD-40, que vem numa lata azul e amarela conhecida em muitas casas que tinham portas barulhentas, é um produto de limpeza com uma fórmula secreta que consegue soltar um parafuso enferrujado, remover giz de cera da parede, tirar insetos grudados no carro e eliminar a ferrugem de correntes de bicicleta.

Ridge gosta de lembrar aos quase 600 funcionários de seus 17 escritórios como seu trabalho é útil. Mas ele também acredita que alguns sejam inspirados pela cultura pouco ortodoxa da empresa. A WD-40 não tem gerentes, apenas treinadores.

Os trabalhadores podem receber prêmios "Madre Teresa" por doar seu "tempo, talentos e tesouros" à comunidade. Eles podem lembrar seus colegas durante as reuniões para criar juntos "memórias positivas duradouras".

Muito antes da pandemia, vários deles desconfiavam de empresas que se anunciavam como dedicadas a manter os empregados felizes.

Havia as empresas de tecnologia cujos escritórios em estilo de campus universitário tinham piscinas de bolinhas e escorregadores. Havia escritórios com bufês de almoço e vinho rosé gelado. Um número crescente de empregadores avaliava a felicidade dos funcionários com pesquisas, muitas vezes contratando consultorias para criar diversão no local de trabalho.

Para algumas pessoas, a busca da felicidade no

trabalho -e o preço associado a isso, como um programa de US\$ 18 mil para gerentes sobre como liderar equipes felizes- pode parecer uma alquimia corporativa que tenta transformar sentimentos em produtividade. Pode parecer um incentivo para sorrir e pôr de lado as demandas menos convenientes para os chefes, como trabalho remoto ou aumento de salários.

Essas críticas assumiram uma nova urgência à medida que trabalhadores e empregadores discutem os planos de retorno aos escritórios, no que os economistas continuam caracterizando como um mercado de trabalho apertado. Alguns trabalhadores dizem que preferem flexibilidade, ou aumentos a justados pela **inflação**, a engodos corporativos como um show de Lizzo para os funcionários do Google e degustação de cervejas na Microsoft.

"As pessoas estão tentando fazer tudo voltar ao "normal", mas a verdade é que o normal era terrível para algumas pessoas"; disse disse Jessica Martinez, 46, diretora de programa de uma fundação global que há muito mantém as Quartas-Feiras do Vinho e agora está distribuindo presentes de volta ao escritório, como garrafas de água. "Por que não lhes dar o que elas realmente querem?" Em alguns locais de trabalho, "felicidade" pode significar deixar os funcionários escolherem seus próprios supervisores. Pode significar livrar-se das avaliações de desempenho. Também significa normalmente medir os níveis de felicidade -embora nem todos concordem sobre o significado de "felicidade". Veja os de dalai-lama, Dale Carnegie e Barbara Ehrenreich, por exemplo.

Nos últimos anos, economistas e psicólogos comportamentais têm mostrado aos empregadores que há uma tese comercial em sua fixação por positividade. Estudo publicado no Journal of Labor Economics descobriu que as pessoas que receberam chocolates e vídeos de comédia -itens geradores comuns de felicidade- eram 12% mais produtivas do que um grupo que não ganhou presentes. Outro estudo do Journal of Financial Economics mostrou que as empresas que aparecem na lista dos cem melhores locais de trabalho têm maiores retornos para os acionistas do que seus pares.

A ideia de que as empresas devem se preocupar coma felicidade surgiu com o aumento dos empregos não manuais, disse Alex Edmans, professor de

finanças na London Business School. À medida que a produtividade de alguns trabalhos se tornou mais difícil de medir -mudando para a qualidade e quantidade de idéias, não para o número de alfinetes fabricados ou tampas parafusadas em tubos de creme dental-, os gerentes decidiram que deveriam fazer seus funcionários se sentir motivados. A compensação era importante, mas também o modo como as pessoas se sentiam no emprego.

Mas muitos veem um risco para os trabalhadores em acreditar que seus patrões estão cultivando um relacionamento emocional com eles, quando na realidade o relacionamento é ligado ao dinheiro.

"Seu chefe não está lá para lhe proporcionar felicidade", disse Sarah Jaffe, autora de "Work Worit Love You Back" (O trabalho não vai retribuir seu amor). "Não importa o quanto eles digam que estão focados na felicidade, eles estão focados nos lucros." "Alguém está sendo pago para trazer essa nova e excitante cultura de felicidade no local de trabalho", acrescentou Jaffe. "Eugostaria de saber quanto meu chefe está gastando." A consultoria britânica Happy Ltd. chama o programa que administra para líderes sêniores de Happy MBA. O custo é de aproximadamente US\$ 18 mil (R\$ 90 mil), e os participantes recebem um certificado, não um diploma real, por meio do Institute of Leadership and Management.

Em uma sessão recente, gerentes de empresas e organizações sem fins lucrativos trocaram dicas que incluíam permitir que os funcionários escolhessem seus supervisores.

Outra empresa de avaliação do local de trabalho, a Cultura Amp, que atende aproximadamente 4.500 empresas, não acredita em medir a felicidade, preferindo métricas como engajamento e bem-estar. Seus líderes veem a felicidade como algo instável que difere de pessoa para pessoa e está muito além do controle do empregador.

"Admiro o sentimento por trás disso, mas, para medir, fica complicado", disse Myra Cannon, diretora de ciência de pessoas da Cultura Amp. "A felicidade é passageira." A flexibilidade de trabalhar em casa deixou alguns trabalhadores mais à vontade para dizer aos empregadores o que realmente os deixa felizes -a liberdade de passar mais tempo com a família, não almoços gratuitos no escritório.

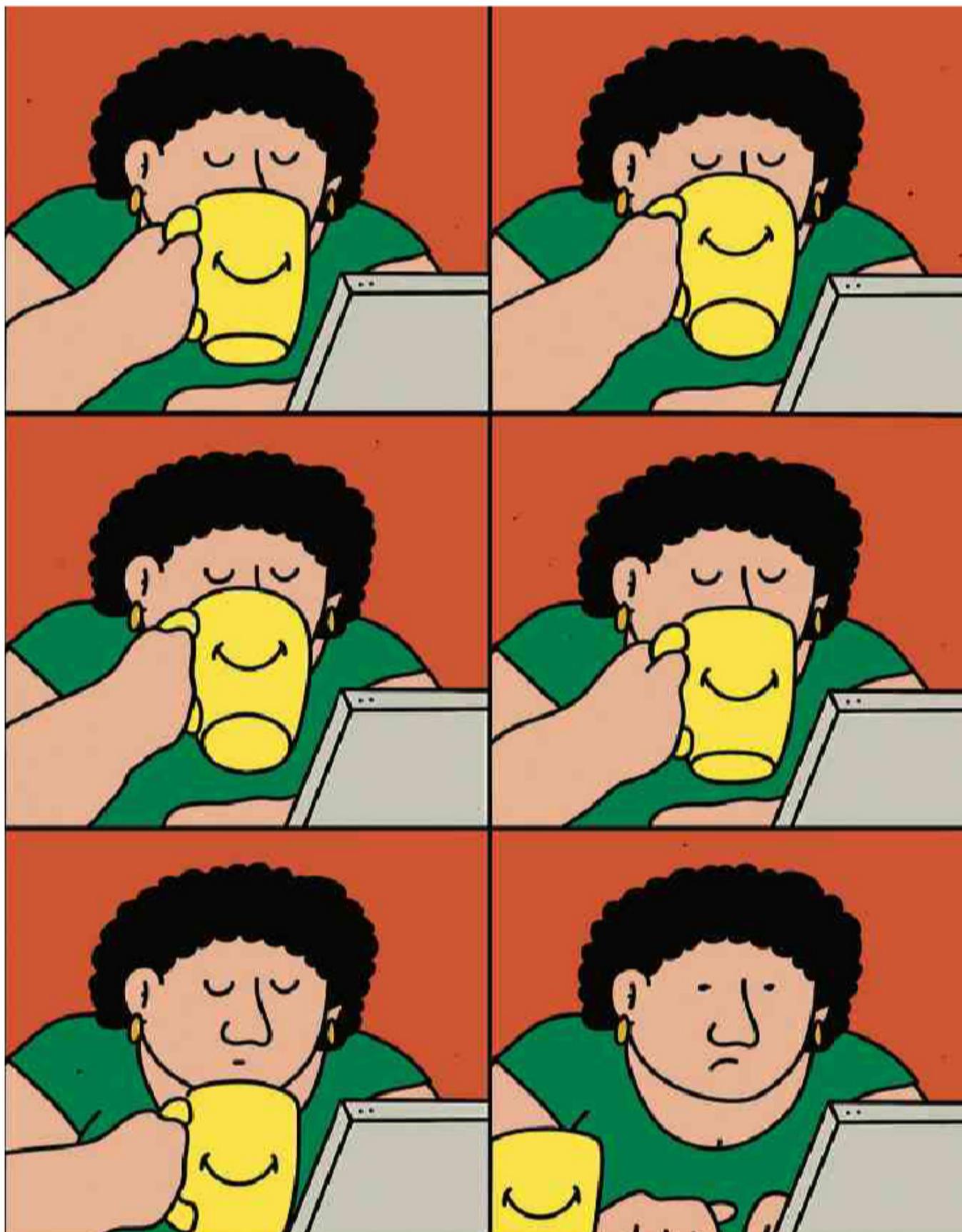
"Comer cereal na sala de descanso não compensa não poder pegar seus filhos na escola", disse Anna King, 60, mãe que trabalha numa empresa de energia em Portland, no Oregon.

"As verdadeiras preocupações são: seus funcionários se sentem parte da equipe -não porque estão jogando pingue-pongue juntos, mas porque estão cumprindo metas reais e têm um horário de trabalho decente?" Enquanto milhões de empregados fazem exigências ousadas a seus patrões, especialmente em torno da flexibilidade permanente, alguns dizem que o foco na felicidade é uma distração. Afinal, os prêmios "Madre Teresa" não melhoram as condições dos trabalhadores -e, na verdade, podem incentivá-los a dedicar mais horas à comunidade corporativa, à custa de suas vidas pessoais.

"Não acho que coisas como meditação ou qualquer outra que os patrões estejam fazendo para aumentar o bem-estar sejam iniciativas ruins", disse Heidi Shierholz, presidente do Economic Policy Institute, um grupo de pensadores progressistas. "Mas elas não substituem salários decentes, benefícios decentes, horários saudáveis."

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49921&anchor=6456452&pd=13a0636d6a3d7d4ec7d1c8bf8374c0d5>**



Igor Bastidas/The New York Times

# Imposto de importação de arroz e outros itens básicos tem corte de 10%

**LORENNA RODRIGUES**

Na tentativa de controlar a alta da **inflação** no mercado interno, o Ministério da Economia anunciou ontem uma nova redução de 10% nas alíquotas do Imposto de Importação de produtos comprados de países que não fazem parte do Mercosul. A medida reduz os **tributos** de bens como feijão, carne, massas, biscoitos, arroz e materiais de construção, e vale até 31 de dezembro de 2023.

Em novembro, mesmo sem o aval dos demais integrantes do bloco comercial (Argentina, Paraguai e Uruguai), os ministérios da Economia e das Relações Exteriores já haviam anunciado um corte de 10% das alíquotas de 87% dos bens, mantendo de fora produtos como automóveis e sucroalcooleiros - que já têm um tratamento diferenciado pelo bloco.

A nova redução, também feita de forma unilateral, foi aprovada em reunião do Comitê- Executivo de Gestão (Gecex) da Câmara de Comércio Exterior (Camex). A medida abrange desta vez 6.195 códigos da Nomenclatura Comum do Mercosul e, segundo o Ministério da Economia, serve "para reduzir impactos decorrentes da pandemia e do conflito na Ucrânia sobre o custo de vida da população e preços de insumos do setor produtivo".

Ainda segundo o governo, a medida deve contribuir para baratear quase todos os bens importados.

Mais de 87% dos códigos tarifários tiveram a alíquota zerada ou reduzida em um total de 20%.

Em abril, o Estadão/Broadcast antecipou que o governo brasileiro estudava nova redução nas taxas de importação cobradas pelo País mesmo sem ter o aval do Mercosul.

A diminuição anunciada no ano passado tinha validade até o fim de 2022. Com o anúncio de ontem, o governo decidiu estender o prazo por um ano.

O secretário de Comércio Exterior do Ministério da Economia, Lucas Ferraz, projeta que a redução deve diminuir a **inflação** em 0,5 ponto percentual em um cenário conservador.

Segundo ele, essa queda poderia chegar a 1 ponto

percentual, e o objetivo seria gerar um "choque de oferta que amenize a dinâmica inflacionária".

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# A crise real que Guedes ignora (Editorial)



O mundo de maravilhas em que se transformou o Brasil na visão imaginosa (e eleitoreira) do ministro da Economia, Paulo Guedes, está muito distante do mundo real em vivem milhões de brasileiros cuja renda, quando a têm, está sendo corroída, e outros milhões de empreendedores que enfrentam dificuldades cada vez maiores para pagar suas dívidas. Tudo por causa do "inferno" da **inflação**, do qual, garante Guedes, o País já saiu. Os dados o desmentem e analistas privados preveem que a **inflação** continuará alta. E a atividade econômica se manterá muito fraca.

Enquanto o fantasma do desemprego continua a assombrar os trabalhadores, sistemática e silenciosamente a **inflação** vai corroendo a capacidade financeira de todos, empregados e empregadores, trabalhadores por conta própria, pessoas sem ocupação, mas que têm alguma poupança para sobreviver por meios próprios e empresas de menor porte.

Essas empresas são responsáveis por boa parte dos empregos no País, além de, no caso de microempreendimentos, terem se transformado em fonte de renda para muitos trabalhadores que, em razão da baixa atividade econômica, perderam a ocupação anterior. A crise financeira por que elas passam por causa da **inflação**, em alta desde o ano passado, e adicionalmente por causa do aumento dos juros ameaça a continuidade de suas operações e afeta a estabilidade de muitos fornecedores.

Caso o problema não seja resolvido de alguma forma, o impacto sobre o mercado de trabalho e sobre a produção poderá ser forte. Especialistas em crédito sugerem que só uma grande operação de renegociação das dívidas aliviará a situação dessas empresas. Em média, cada uma delas tem dívidas com sete fornecedores.

O quadro é preocupante.

Dificuldades financeiras das micro e pequenas empresas vêm se acentuando pelo menos desde agosto do ano passado, de acordo com os indicadores da Serasa Experian. Os últimos dados disponíveis referem-se a março, quando o total de pequenas e microempresas inadimplentes alcançou 6,1 milhões.

Uma plataforma especializada em concessão de crédito para pequenas e microempresas, com ativos estimados em R\$ 250 milhões, estima em cerca de 20% o estoque de crédito que precisa ser refinanciado. Da dívida total, cerca de 80% são com fornecedores, não com bancos.

Aumento do prazo para a quitação, que resulta na queda do valor da prestação, pode ser um dos caminhos para preservar algum caixa. No caso da plataforma citada acima, o valor médio das prestações pode cair de R\$ 5 mil para R\$ 4 mil.

A **inflação**, que deixou de ser problema para Guedes, afeta duramente as finanças das empresas de menor porte porque faz subir os preços dos insumos. A baixa atividade econômica inibe a correção dos preços cobrados pelas empresas devedoras, cuja margem, por isso, está sendo corroída. Assim, reduz-se sua capacidade de pagar as prestações da dívida.

Praticamente ninguém que conhece o mundo real vê alívio da **inflação** pelo menos até o último trimestre do ano. Este é o Brasil de verdade; o mundo de Guedes é outro.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Analistas começam a prever recessão em 2023

**LETYCIA CARDOSO**

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

**Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>**

# Diesel ficaria mais caro em 12 estados com nova lei do ICMS

**FERNANDA TRISOTTO**

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

**Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>**